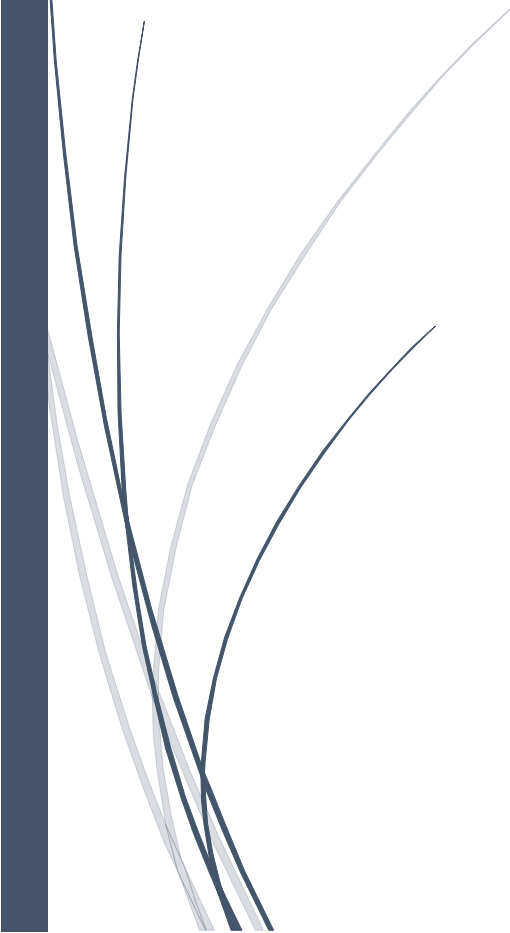




Tribunal Regional Eleitoral do Amapá



Plano de Gestão 2019/2021



Macapá-AP, Abril/2019



Composição do Tribunal Pleno

Des. Rommel Araújo de Oliveira
Presidente

Des. Gilberto de Paula Pinheiro
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Jucélio Fleury Neto
Juiz Federal/Ouvidor Regional Eleitoral

Carlos Alberto Canezin
Juiz de Direito

Rogério Bueno da Costa Funfas
Juiz de Direito

Léo Alexandre de Lima Furtado
Jurista/Diretor da Escola Judiciária Eleitoral

Joaquim Cabral da Costa Neto
Procurador Regional Eleitoral



Estrutura da Secretaria

Elinete Nunes Freitas
Diretora Geral

Dilma Célia de Oliveira Pimenta
Secretária de Administração e Orçamento

Mylene Lages Mendes Azevedo
Secretária Judiciária

Maria Eliane de Souza Oliveira
Secretária de Gestão de Pessoas

Emanoel dos Santos Flexa
Secretário de Tecnologia da Informação

Maria de Lourdes Pinheiro Mota
Coordenadora da Corregedoria

Cláudio Henrique Guerra Xavier da Silva
Assessor de Planejamento e Gestão estratégica

Francisco da Chagas Silva Barros
Coordenador de Controle Interno

Rinaldo Soares de Farias
Coordenador da Escola Judiciária Eleitoral

Orlando de Carvalho Ribeiro Júnior
Assessor técnico-jurídico dos membros do Pleno

Elaboração:

Elinete Nunes Freitas
Diretoria-Geral

Colaboração:
Cláudio Xavier
Assessor de Planejamento e Gestão estratégica



Sumário

Mensagem do Presidente	4
Apresentação	5
Propósitos: Missão, Visão de Futuro e Valores	6
Mapa Estratégico.....	7
Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020.....	8
Diretrizes Estratégicas da Justiça Eleitoral 2017-2020	9
Resolução TSE nº 23.543/2017	9
Objetivos Estratégicos 2016-2021 TRE-AP	10
Análise de Contexto	11
Diretrizes Estratégicas do TRE-AP – Biênio 2019-2021	12
Mapa de Diretrizes Estratégicas – Gestão 2019-2021	13
Sociedade	14
Processos Internos	15
Pessoas e Recursos.....	16
Conclusão	17



Mensagem do Presidente



Os desafios da gestão que assumi no Tribunal Regional Eleitoral do Amapá são extensos, sobretudo no que diz respeito à sociedade, que anseia por serviços públicos eficientes e de qualidade.

Para fazer frente à imensa vontade de deixar uma contribuição consistente e efetiva, o Plano de Gestão torna-se instrumento essencial de direcionamento de esforços e recursos, priorização e comunicação dos

objetivos a serem perseguidos por esta Egrégia Corte no biênio 2019–2021.

Assim, apresento adiante as prioridades de atuação desta gestão, alinhadas às estratégias nacionais, cujo pilar de atuação consiste em agregar valor às necessidades e expectativas do cliente da Justiça Eleitoral.

Ao longo do presente biênio, serão descortinados projetos robustos como a implantação da governança corporativa, em todas as suas especificidades, a promoção de ações de aperfeiçoamento da gestão do Processo Eleitoral, com foco na transparência e segurança.

Ressalto, como principal projeto para 2020, a realização das Eleições Municipais de 2020, cuja logística e complexidade exigem do Tribunal esforço e dedicação diferenciados. Para 2019 a implantação da Governança Corporativa e o selo Justiça em Números terão prioridade.

Os compromissos aqui assumidos serão perseguidos durante o período da gestão com a certeza de sucesso, tendo em vista a experiência e competência reconhecidas da equipe de servidores do TRE do Amapá.

Macapá (AP), 23 de abril de 2019

Desembargador Rommel Araújo
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá



Apresentação

O Plano de Gestão tem por objetivo traduzir por meio de ações, as práticas e os processos a ele vinculados que devem ser implementados para propiciar à organização o material necessário ao alcance dos resultados previstos em seus planos institucionais, em especial para o cumprimento de seu planejamento estratégico e de sua missão.

O presente plano de gestão para o biênio 2019/2021 evidencia as linhas gerais de ação da Administração do Desembargador ROMMEL DE ARAÚJO DE OLIVEIRA na Presidência deste Regional, que terá como ênfase a valorização dos magistrados e servidores e a busca de maior eficiência nos processos de gestão e governança, com o intuito de eliminar o retrabalho e otimizar os recursos.

O principal recurso do tribunal são as pessoas que executam tarefas interdependentes e inter-relacionadas por meio de processos. Assim, para se alcançar os objetivos propostos neste plano é preciso gerir pessoas, processos e recursos.

Neste contexto, as ações/projetos que serão implementados pelas diversas áreas do Tribunal devem ter o devido alinhamento ao estabelecido dentro da estratégia organizacional deste biênio.

Por este motivo, as ações/projetos a serem implementadas deverão estar alinhados a um ou mais objetivos estratégicos priorizados, podendo, entretanto, atingir dois ou mais destes.

Macapá (AP), 23 de abril de 2019

Elinete Nunes Freitas
Diretora-Geral



Propósitos: Missão, Visão de Futuro e Valores

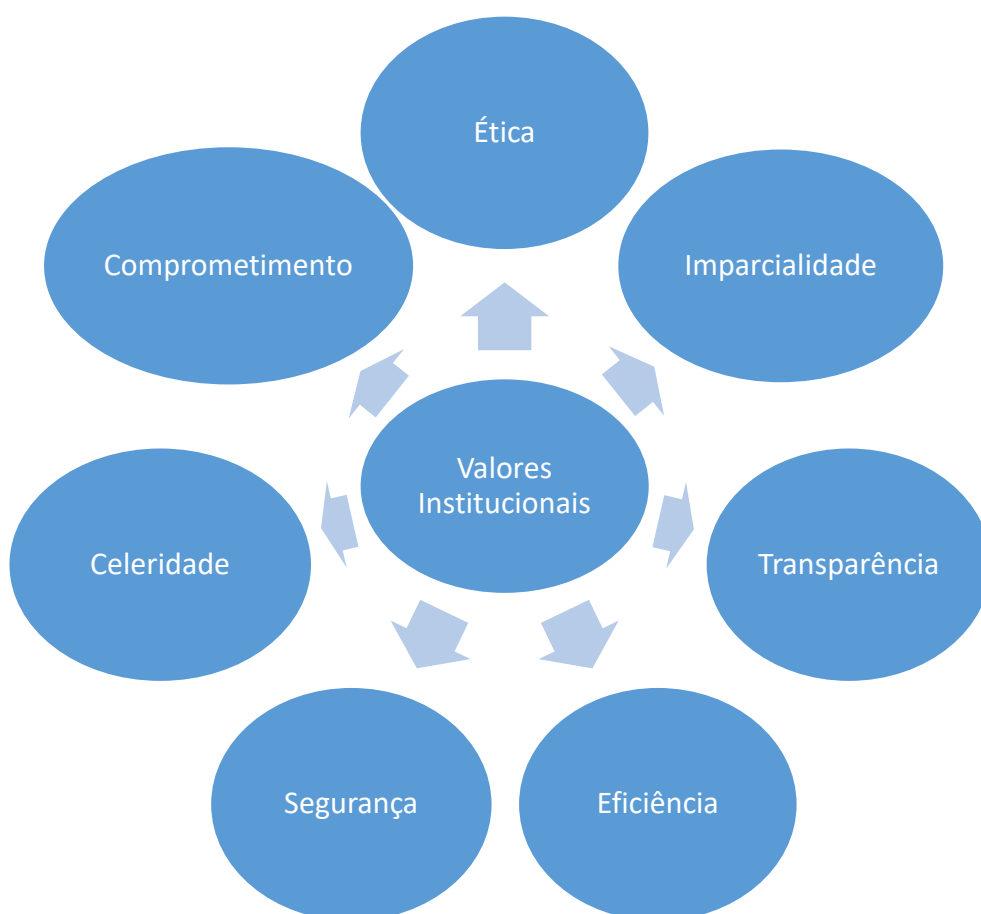
Missão Institucional

GARANTIR A LEGITIMIDADE O PROCESSO ELEITORAL, A FIM DE FORTALECER A DEMOCRACIA.

Visão de Futuro

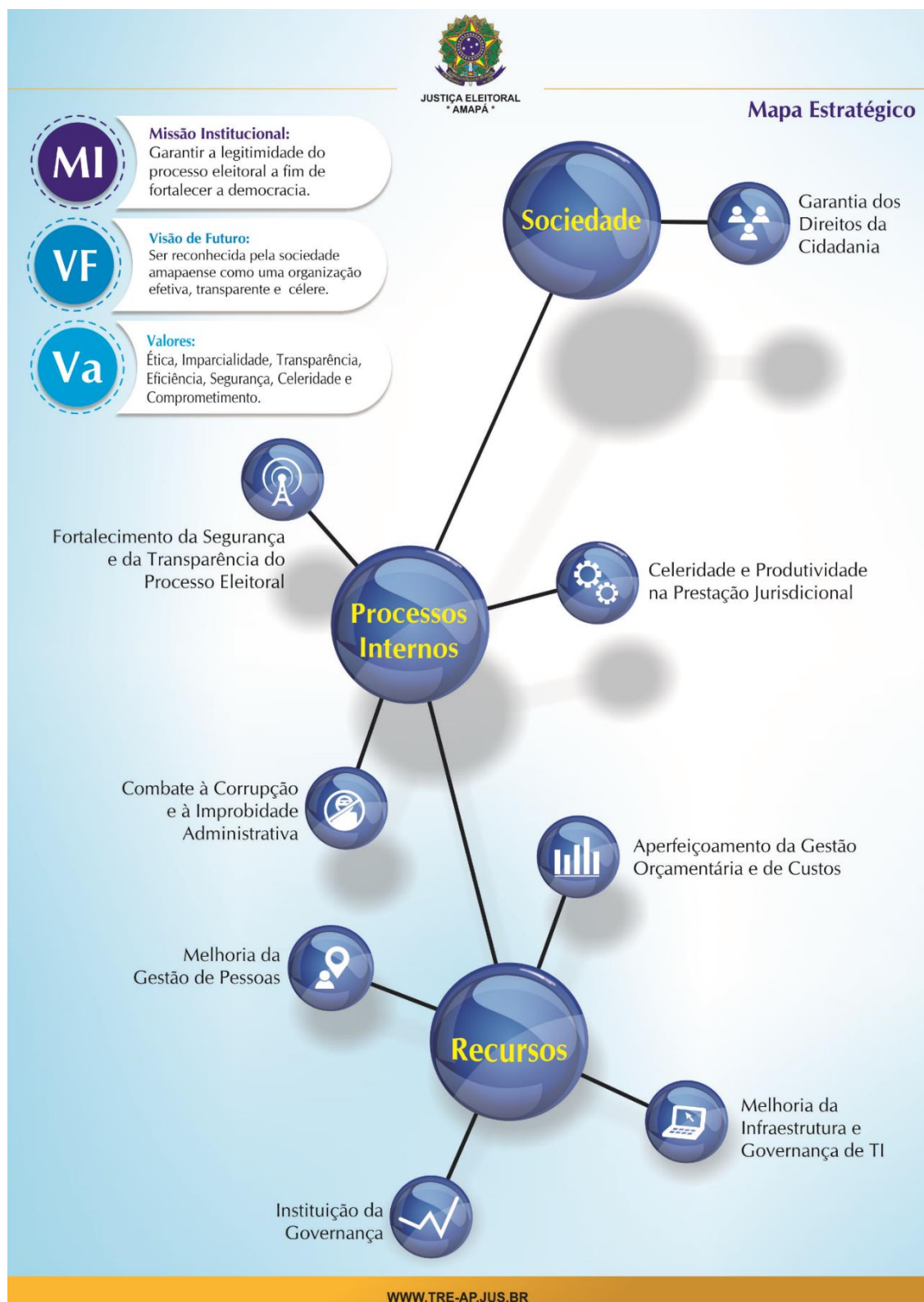
SER RECONHECIDA PELA SOCIEDADE AMAPAENSE COMO UMA ORGANIZAÇÃO EFETIVA, TRANSPARENTE E CÉLERE.

Valores Institucionais





Mapa Estratégico





Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015–2020, formulada com a contribuição de magistrados e servidores e instituída pela Resolução n. 198/2014, de 1º de julho de 2014, reflete premissas importantes para o processo estratégico de todo o Poder Judiciário.

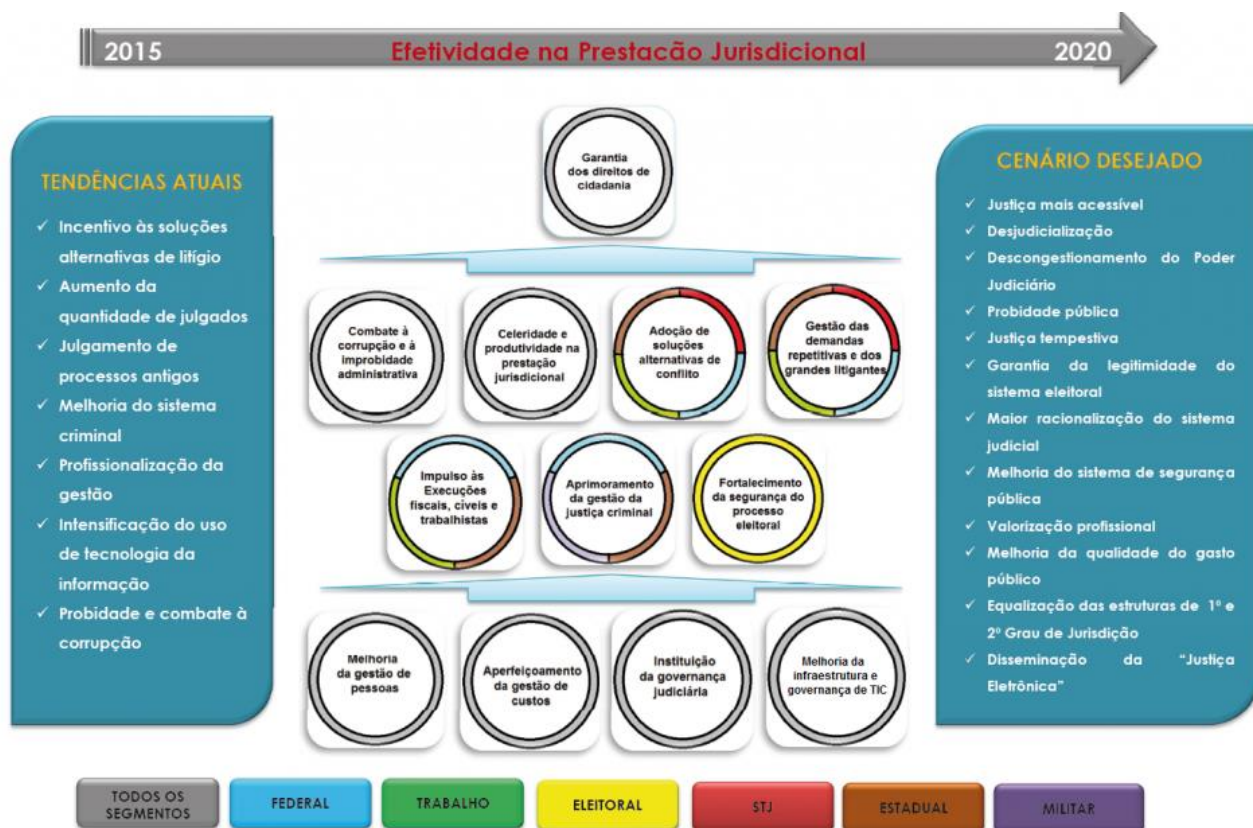
São componentes da Estratégia Nacional do Poder Judiciário:

Missão do Poder Judiciário – Realizar Justiça.

Descrição – Fortalecer o Estado Democrático e fomentar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, por meio de uma efetiva prestação jurisdicional.

Visão do Poder Judiciário – Ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.

Descrição – Ter credibilidade e ser reconhecido como um Poder célere, acessível, responsável, imparcial, efetivo e justo, que busca o ideal democrático e promove a paz social, garantindo o exercício pleno dos direitos de cidadania.





Diretrizes Estratégicas da Justiça Eleitoral 2017-2020

Resolução TSE nº 23.543/2017

1 - Aprimorar a gestão do conhecimento e dos recursos humanos na Justiça Eleitoral, por meio da divulgação de boas práticas com vistas à convergência de esforços nas tarefas que lhe são comuns

2 - Assegurar a transparência, segurança e probidade no processo eleitoral

3 - Melhorar a comunicação e o compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a sociedade

4 - Fortalecer a gestão orçamentária, de modo a garantir o alinhamento com o planejamento estratégico dos órgãos

5 - Aprimorar o Processo Judicial objetivando sua celeridade

6 - Envidar esforços para a permanente valorização e capacitação do capital humano da Justiça Eleitoral

7 - Aprimorar a governança corporativa instituindo os mecanismos de liderança, estratégia e controle, necessários

8 - Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços

9 - Adotar medidas para o aperfeiçoamento da gestão documental na Justiça Eleitoral

10 - Gerir a Identificação Civil Nacional

11 - Fortalecer as políticas socioambientais



Objetivos Estratégicos 2016-2021 TRE-AP

À luz da Resolução nº 198/2014, do Conselho Nacional de Justiça, e dos direcionamentos do Tribunal Superior Eleitoral, apresentados por meio do seu Planejamento Estratégico 2015–2020, atualizado pelo recentíssimo Planejamento 2018–2021, este Regional realizou o alinhamento dos seus objetivos estratégicos, quais sejam:

Objetivos Estratégicos:

1 - Garantir os direitos de cidadania;Assegurar a transparência, segurança e probidade no processo eleitoral

2 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral;Aprimorar a governança corporativa instituindo os mecanismos de liderança, estratégia e controle, necessários

3 - Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços

4 - Combater a Corrupção e a Improbidade Administrativa;

5 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos;Fortalecer as políticas socioambientais

6 - Melhorar gestão de pessoas

7 - Melhorar a Infraestrutura e a Governança de TI

8 - Instituir a governança;



Análise de Contexto

Para a formulação das diretrizes da Gestão 2019–2021, foi avaliado o cenário atual vivenciado pela Justiça Eleitoral, especialmente quanto ao Novo Regime Fiscal imposto pela Emenda Constitucional nº 95/2016 e a impossibilidade de nomeação de novos servidores.

Este cenário exige do Tribunal reposicionamento rápido em seus planos de ação para garantir a adequada prestação dos serviços com estrita observância aos Princípios da Economicidade, Eficiência e Publicidade.

Com foco no panorama atual e futuro da Justiça Eleitoral, e ainda no posicionamento estratégico do Tribunal, as diretrizes delineadas neste referencial de atuação foram concebidas com o olhar atento ao seu cliente e à melhoria dos serviços prestados, sem aumento de despesas e com foco no aprimoramento dos mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade.



Diretrizes Estratégicas do TRE-AP – Biênio 2019-2021

Foram selecionadas 13 (treze) diretrizes Estratégicas:

1. Melhorar o *ranking* no Selo Justiça em Números

2. Melhorar a comunicação institucional e o compartilhamento de informações entre o TRE/AP e a sociedade e as instituições estaduais e federais

3. Implantar a Governança Corporativa

4. Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços

5. Consolidar as metodologias de melhorias dos processos e de gestão de riscos

6. Fortalecer as políticas socioambientais

7. Assegurar a transparência, segurança, probidade e celeridade no Processo Eleitoral

8. Aprimorar a utilização do PJe

9. Promover a valorização e capacitação do capital humano

10. Fortalecer a Gestão Orçamentária de modo a garantir o alinhamento com o planejamento estratégico

11. Reduzir o prazo de execução dos processos de aquisições de bens e contratações de serviços

12. Estruturar a Ouvidora

13. Aprimorar a eficiência na prestação dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação



Mapa de Diretrizes Estratégicas – Gestão 2019-2021

O Mapa de Diretrizes e Iniciativas do Plano de Gestão 2019–2021 apresenta, de forma consolidada, o resumo das iniciativas estabelecidas para este biênio, separadas respectivamente por Perspectivas, Objetivos Estratégicos e Diretrizes Estratégicas, traduzindo desta maneira o alinhamento entre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, as Diretrizes Estratégicas da Justiça Eleitoral, os Objetivos Estratégicos 2016–2021 do TRE-AP contidos no Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e as diretrizes estratégicas desta gestão.



Sociedade

Objetivo Estratégico	Diretriz Estratégica	Descrição da Iniciativa	Unidade Gestora
Garantir os Direitos da Cidadania	Melhorar a comunicação institucional e o compartilhamento de informações entre o TRE-AP e a sociedade e os outros órgãos estaduais e federais	Revisar e reestruturar o Programa Eleitor do Futuro e Mesário Voluntário, visando ampliar sua atuação de forma a garantir a participação cidadã	EJE
		Revisar a carta de serviços ao eleitor, para utilização da unidade de comunicação na elaboração do seu plano tático operacional	CRE
		Desenvolver e profissionalizar os canais de comunicação com os clientes da justiça eleitoral, buscando a sistematização da divulgação dos serviços e informações, mantendo medição permanente do nível de satisfação dos clientes	ASCOM
Fortalecer a Governança Institucional	Implantar a Governança Corporativa do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	Estruturar e implantar o Sistema de Governança e Gestão Estratégica do Tribunal, visando estabelecer as instâncias internas de governança, garantir o balanceamento de poder e a segregação de funções críticas e divulgá-lo para as partes interessadas	ASPLAN
	Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços	Promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados nas zonas eleitorais	CRE
		Elaborar Plano de Continuidade do Negócio (PCN), por meio da reunião de membros das diversas unidades, com objetivo de traçar estratégias e planos de ação que garantam o funcionamento e a disponibilidade dos serviços essenciais do TRE-AP durante períodos de mudanças	ASPLAN
	Consolidar as metodologias de melhorias dos processos e gestão de riscos	Consolidar o uso das metodologias de melhorias dos processos e identificação e tratamento dos riscos, priorizando os processos críticos da organização	ASPLAN
	Fortalecer as políticas socioambientais	Legitimar o Plano de Logística Sustentável como principal referencial de condução da maturidade socioambiental do Tribunal	Comissão PLS
		Incentivar o desenvolvimento e implementação de projetos sustentáveis que gerem economia	Comissão PLS



Processos Internos

Objetivo Estratégico	Diretriz Estratégica	Descrição da Iniciativa	Unidade Gestora
Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral	Assegurar a transparência, segurança e probidade no Processo Eleitoral	Aprimorar o Planejamento Integrado das Eleições como instrumento essencial de planejamento, controle de riscos e gestão do Processo Eleitoral	ASPLAN
		Promover ações para aperfeiçoamento da gestão do Processo Eleitoral com foco na transparência e segurança	ASPLAN
Garantir a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	Aprimorar a utilização do PJe no TRE do Amapá	Desenvolver ações que promovam a duração razoável do processo de forma a garantir a qualidade e a efetividade da prestação jurisdicional, através do acompanhamento e alimentação dos indicadores de desempenho	SEJUD/ASTJ
		Aprimorar os mecanismos de obtenção de informações gerenciais e estatísticas junto ao PJe	SEJUD



Pessoas e Recursos

Objetivo Estratégico	Diretriz Estratégica	Descrição da Iniciativa	Unidade Gestora
Aperfeiçoar a gestão de pessoas	Promover a valorização e capacitação do capital humano	Instituir a Política de Gestão de Pessoas e implementar as ações do plano, priorizando soluções para adequada distribuição da força de trabalho, através da integração com a melhoria dos processos de trabalho e medidas de otimização das atividades	SGP
Aperfeiçoar a gestão orçamentária	Fortalecer a Gestão Orçamentária de modo a garantir o alinhamento com o planejamento estratégico	Aprimorar o planejamento orçamentário e a qualidade dos gastos, através de ações de otimização dos recursos públicos e o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais	SAO
		Alinhar o Planejamento Orçamentário ao Planejamento Estratégico, através da abordagem da estrutura de execução por programas e projetos	SAO
	Reduzir o prazo de execução dos processos de aquisições de bens e contratações de serviços	Aprimorar o Plano de Aquisições como ferramenta essencial para o gerenciamento das aquisições, através de sua integração com o Planejamento Estratégico	SAO
		Aperfeiçoar a gestão dos contratos, através da melhoria dos processos de trabalho e uso de ferramentas de informatização	SAO
Aperfeiçoar a Governança de Tecnologia da Informação	Aprimorar a eficiência na prestação dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	Atualizar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) 2016–2021 e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2020–2021, visando o aperfeiçoamento da governança e Gestão de Tecnologia da Informação	STI



Conclusão

O presente trabalho foi desenvolvido para o planejamento de ações alinhado à estratégia institucional com escopo na superação dos desafios estabelecidos.

A partir do Planejamento Estratégico deste Regional, de informações internas, da Estratégia do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça (2015/2020), das iniciativas estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral em vigor, gerou o presente Plano de Gestão que estabelece ações a serem efetivadas no decorrer do biênio 2019/2021 para impulsionar os Macrodesafios apresentados.

Tomando-se como base as diretrizes estabelecidas e os avanços até agora conquistados, consegue-se facilmente vislumbrar que há muito a evoluir e realizar na intenção de promover uma justiça condizente com os anseios e reclames da sociedade amapaense.

Com esse desiderato de superação e conhecendo os recursos disponíveis para esse mister, é fundamental que a convergência de esforços se traduza em realizações que tenham reflexo na prestação jurisdicional mais efetiva e cumpram com o propósito da Missão e o alcance da Visão de Futuro definidas.

Para que as ações se concretizem será indispensável que servidores e magistrados de todas as unidades administrativas e jurisdicionais se envolvam no processo de melhoria contínua e agreguem valor na colaboração cotidiana por um judiciário de excelência.

Destarte, instituo este Plano de Gestão 2019-2021, tendo como foco a resolução dos principais problemas enfrentados pela Justiça Eleitoral do Amapá com o propósito de estabelecer dentre as medidas já elencadas uma política contínua de valorização dos servidores, aperfeiçoamento dos processos de trabalho, aperfeiçoamento na gestão de custos, e o desenvolvimento de ações voltadas à cidadania e entrega célere e efetiva da justiça ao eleitor, candidatos e partidos políticos.

Macapá (AP), 23 de abril de 2019

Desembargador Rommel Araújo
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá